

# UMA HOMENAGEM A VILMAR FARIA

Em 28 de novembro de 2001 deixou-nos Vilmar Faria, pesquisador do Cebrap por muitos anos e presidente da instituição de 1991 a 1993. Nada mais justo que prestássemos a ele esta homenagem, retomando sua trajetória intelectual e de homem público por meio de depoimentos de cebrapianos e ex-cebrapianos que com ele mantiveram estreita convivência de trabalho ou de amizade. Assim, agradecemos a Elza Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Limongi, Guillermo O'Donnell, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Ruth Cardoso, que aceitaram enfaticamente o convite de *Novos Estudos* a participar deste tributo.

Apresentamos também a bibliografia completa de Vilmar Faria, que atesta sua ampla contribuição multidisciplinar às ciências sociais brasileiras e também latino-americanas. Bibliografia ora acrescida com a publicação de um artigo de Vilmar inédito no Brasil, em co-autoria com Joseph Potter, que aborda a influência da televisão e das telenovelas na consolidação da sociedade de consumo e nas mudanças do comportamento sexual e reprodutivo dos espectadores, com ênfase no declínio da fecundidade em estados do Nordeste.

Ressalte-se aqui nossa gratidão a Regina Faria, cujo empenho tornou possível a reunião do material que o leitor encontrará nas páginas seguintes, as quais gostaríamos de dedicar em especial à família e aos amigos de Vilmar.

*O Editor*

## A presença de Vilmar

*Fernando Limongi*

Ele não figura entre os fundadores da instituição, e apesar disso, pelo menos para mim, que cheguei à Casa mais tarde, poucos simbolizam tanto o Cebrap como Vilmar. O que o Cebrap é e deve continuar sendo, no meu entender, identifica-se com o gênero de produção científica e atuação pública de Vilmar Faria.

Seu trabalho alia rigor teórico e metodológico, evidenciando uma formação acadêmica sólida. E joga por terra o mito de que estudos metodologicamente bem fundamentados são necessariamente enfadonhos e repetitivos. Pelo contrário, o que caracteriza a sua produção é a criatividade. Quem tenha participado de uma reunião com Vilmar sabe a que estou me referindo. Trabalhar com ele era estar diante de uma verdadeira usina de idéias, de associações e relações inesperadas que, no mais das vezes, não respeitavam as rígidas demarcações de campos disciplinares. Ele transitava pela produção de fronteira de sociologia, ciência política e demografia com rara desenvoltura.

As marcas das preocupações de Vilmar são visíveis no Cebrap. Muitas das pesquisas que estamos desenvolvendo são desdobramentos de projetos que ele, direta ou indiretamente, concebeu. O que é revelador de uma de suas notáveis características: saber pensar e atuar institucionalmente. Sua capacidade de articulação era enorme. Vilmar dialogava livremente em meio a uma comunidade acadêmica constituída por grupos e subgrupos que se desenvolvem autonomamente, com pouca comunicação entre si. Seu percurso acadêmico e profissional mostra isso. Tendo feito graduação na Universidade de Minas Gerais, passou pela Flacso e obteve doutorado em Harvard. Fixou-se em São Paulo, trabalhando no Cebrap e nas duas principais universidades públicas do Estado, Unicamp e USP, além de ter dirigido a Fundap.

Já como assessor do governo federal, Vilmar deveria ter vindo ao Cebrap no ano passado, para realizar um seminário que marcaria o nascimento do Centro de Estudos da Metrópole. Era uma forma de reconhecermos a filiação desse importante projeto às suas iniciativas, cujas origens remotas se encontram em um projeto que Vilmar elaborou para o Ipea em 1995. Em razão de seus múltiplos compromissos, porém, o seminário foi desmarcado.

A última visita de Vilmar ao Cebrap, se não estou enganado, ocorreu há dois anos, numa conversa informal após o expediente. Queríamos discutir estratégias e prioridades institucionais, e tínhamos esperança de convencê-lo a se reintegrar ao nosso *staff* ao final do governo. Uma esperança tênue, porque sabíamos que Vilmar estava preparado para vôos mais altos. Talvez o Cebrap tivesse ficado pequeno para o que ele podia almejar e que, com certeza, lhe seria oferecido. Seja como for, sua fala naquela oportunidade foi uma síntese de suas habilidades: Vilmar fez um diagnóstico político e social do país, analisou o estágio de desenvolvimento das ciências sociais no Brasil e traçou planos para o Cebrap. Essa então a imagem com que ficamos. Se a ausência de Vilmar é certamente irreparável para nós, tanto mais viva a presença do legado que ele nos deixou.

Fernando Limongi é professor do Departamento de Ciência Política da USP e presidente do Cebrap.

## O discreto charme da competência

*Fernando Henrique Cardoso*

Conheci Vilmar Faria no Chile, suponho que em 1965. Ele provinha da Universidade de Minas Gerais, que formara um punhado de bons sociólogos. Alguns deles haviam estado no Chile antes de Vilmar, cursando a pós-graduação oferecida pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), uma escola auspiciada pela Unesco. Foi ali, em um dos cursos que dei em Santiago, que conheci Vilmar.

Na época, os debates teóricos sobre a explicação sociológica do desenvolvimento econômico estavam acesos. Contorcíamos-nos no equilíbrio instável entre as explicações funcionalistas e as dialéticas, ou "histórico-estruturais", como preferíamos chamá-las. A Flacso era a casa da teoria funcionalista por excelência, com o professor suíço Peter Hentz e o *expert* em metodologia quantitativa Johan Galtung, norueguês formado nos Estados Unidos. Vilmar, como outros mineiros que o antecederam (a título de exemplo, cito apenas Simon Schwartzman), beneficiou-se dessa formação. Ele havia passado pela militância política na Ação Popular e por uma boa experiência com Gláucio Soares na Universidade de Brasília.

Quando comecei a dar aulas na Flacso, estávamos em plena revisão teórica das idéias da Cepal, do marxismo predominante nas universidades e das explicações baseadas no que à época se chamava "teoria da modernização". Com Enzo Faletto e outros colegas, ex-alunos e alunos, como Vilmar, iniciava-se o debate que por décadas polarizou os meios acadêmicos e políticos: dependência e desenvolvimento, marginalização social, subemprego e formação da classe operária, o papel do Estado e dos empresários e assim por diante.

Desde então, com exceção do período em que Vilmar foi para Harvard fazer sua tese — orientada por Gino Germani, grande sociólogo ítalo-argentino — e das ocasiões em que lecionou no exterior, nunca deixei de ter nele um colaborador e mesmo um professor. Foi ele quem, a custo, me ensinou o bê-a-bá das técnicas de pesquisas quantitativas que aprendeu com Gláucio e Galtung. Ensinava-me pacientemente a construir uma escala de atitudes, a usar melhor o  $\chi$  quadrado, a avaliar o nível de significância, a perfurar cartões para submetê-los à máquina separadora (estávamos a léguas da computação) ou, na falta dela, a técnicas ainda mais rudimentares, como a McBee.

Foi com as ferramentas aprendidas com Vilmar quando meu assistente no Instituto Latino-Americano e Caribenho de Planejamento Econômico e Social (Ilpes/Cepal) que desenvolvi, em Paris, parte da pesquisa sobre empresários brasileiros, chilenos, argentinos e mexicanos que serviu de pretexto para minha tese de cátedra, de 1968. E foi também graças aos conhecimentos de teoria sociológica e sociologia política de Vilmar que pude ampliar minha visão analítica, lendo autores funcionalistas, filiados às teorias da modernização, para cotejá-los com a visão dos autores "histórico-estruturais", de inspiração marxista, que eram os meus preferidos. Portanto, devo intelectualmente a Vilmar Faria desde priscas eras.

Tínhamos afinidade de espírito: odiávamos o dogmatismo, a visão estreita, e não tínhamos ser ecléticos. Profissionalismo e comportamento intelectual acadêmico acima de tudo, como deve ser, pautavam a prática de Vilmar como professor, como intelectual e, mais tarde, na espinhosa missão de conselheiro e assessor do presidente da República.

Visitei Vilmar em Harvard. Deliciávamo-nos com Gino Germani, o mais prestigioso intelectual latino-americano na corrente funcionalista, depois que Florestan Fernandes, no final dos anos 1960, voltou ao marxismo de suas origens. Vilmar cresceu muito intelectualmente em contato com Germani. Sua tese sobre marginalização, pobreza e urbanismo contém ingredientes que marcaram sua vida intelectual futura. Dominando perfeitamente a pesquisa quantitativa, inclusive eleitoral, com forte e ampla bagagem teórica, Vilmar foi um inovador a seu modo: discreto e quase desculpando-se por discordar e propor visões heterodoxas, trazia-nos o que havia de melhor na discussão acadêmica internacional.

Viu, antes que quase todos, as especificidades e as dificuldades, algumas trágicas, da urbanização latino-americana. Opôs-se à visão simplificada do "exército de marginais" que impediria o crescimento econômico e a transformação. Comparou a rede urbana paulista com a da França, e viu mais similitudes do que divergências. Analisou a evolução demográfica. Percebeu as implicações que essas mudanças acarretavam à sociedade. Analisou as classes, mas sabia, como seu mestre Germani, que se estava estruturando uma "sociedade de massas", bem distinta das sociedades do passado. Daí a importância que sempre atribuiu à análise dos meios de comunicação e à "nova política".

Nos anos 1970 e 80, em pleno auge do Cebrap, onde fez esses estudos, Vilmar foi realizando paralelamente a carreira de professor na Unicamp, com o reconhecimento de todos. Daí por diante, com intervalos, trabalhou em várias universidades, nos Estados Unidos, no Chile e por toda parte. Nessa nova fase, a influência mais forte nos diálogos intelectuais de Vilmar deve ter sido a de Manuel Castells. Este, que eu conhecera em Nanterre, como jovem assistente, fora expulso da França em maio de 1968 e encontrou refúgio na Flacso com a interveniência de Alain Tourraine e minha. Tornou-se amigo de Vilmar em Santiago e influenciou muito sua percepção sobre as questões sociais. Daí por diante inúmeras foram as ocasiões de contato entre os dois: no Chile, em Berkeley, no Cebrap etc.

Mas surpreendentemente — para os que não conheciam Vilmar Faria mais de perto — foi no campo das políticas públicas que seu talento e sua criatividade revelaram-se por completo. Como se toda a sua trajetória o houvesse preparado para o terreno difícil, áspero, escorregadio das políticas sociais, foi nele que Vilmar atuou, nos últimos anos, como um mestre. A motivação política da juventude — a luta por um país mais justo e melhor, sobretudo para os mais pobres — somou-se à experiência acadêmica para realçar as qualidades pessoais, morais e intelectuais de Vilmar.

Discreto, como reconhecido por todos, aparentemente tímido, na verdade Vilmar era atuante, eficaz e competente. Possuía o tato político

necessário para influir sem fazer-se temer, era firme na defesa de suas posições sem qualquer arrogância e, sobretudo, imaginativo, criativo, sempre com o jeitão de quem não estava dizendo nada de novo. A familiaridade com a literatura e a temática internacionais sobre políticas sociais (educação, saúde, inclusão social, habitação, urbanismo, criminalidade etc.) e o contato com professores e intelectuais do porte de Castells tornaram Vilmar um assessor excepcional nessa área e na área política em geral. Ajudou a introduzir nas políticas públicas a noção de "rede", magistralmente desenvolvida por Castells.

Ele tinha consciência — rara entre intelectuais — da diferença entre ser executivo, ser líder e ser capaz de orientar, assessorar, ser bom profissional. Não pretendia disputar liderança, não esperava cargos executivos. Mas sabia, como ninguém, o que poderia ser feito tanto na arena política quanto na área prática das políticas sociais. Foi ele meu grande interlocutor na Presidência para orientar-me, e a muitos ministros e pessoas responsáveis pela área social. Fazia a ponte necessária entre o Executivo e os órgãos técnicos, nacionais (como o Ipea e o IBGE) e internacionais (como o BID e o Banco Mundial). Ajudava a absorção pela máquina estatal de programas inovadores, como o Comunidade Solidária e o Comunidade Ativa. E ainda estabelecia, mantinha e renovava as relações entre o governo, a academia e vários intelectuais, atuando como "explicador" do que se desejava fazer sem assumir a posição "chapa branca", como se fosse mero partidário ou defensor do governo. Mas não tinha medo. Era íntegro. Explicava o que acreditava ser bom para o país, sem deixar de reconhecer eventuais falhas, omissões e mesmo erros praticados pelo governo.

Por tudo isso é fácil imaginar a lacuna que deixou. E as saudades do amigo perfeito que foi. Termino com Carlos Drummond de Andrade, tão mineiro, discreto, enxuto e íntegro, do jeito que Vilmar também era e gostava de ser:

*Precisava de um amigo,  
desses calados, distantes,  
que lêem versos de Horácio  
mas secretamente influem  
na vida, no amor, na carne.  
Estou só, não tenho amigo,  
e a essa hora tardia  
como procurar amigo?*

("A bruxa". In: José, 1942)

## A marca de Vilmar nas políticas sociais

*Ruth Cardoso*

Foram muitos os anos de convivência com Vilmar Faria. Conheci-o no Chile, época em que fiz grandes amigos, e desde então trabalhamos juntos no Cebap, em universidades, em projetos de pesquisa, sempre compartilhando interesses teóricos comuns. Nos anos 1970, marginalidade social e pobreza eram os temas que mobilizavam grande parte dos intelectuais latino-americanos e inspiravam as pesquisas em que trabalhávamos.

Depois, os estudos sobre urbanização também nos aproximaram, e os trabalhos de Vilmar nesse campo são seminais. Sua abertura intelectual tornava-o um interlocutor privilegiado para os antropólogos, dada a sua familiaridade com autores clássicos e contemporâneos que ele trazia para enriquecer as discussões. Durante os anos de Cebap as equipes com que trabalhei sempre tiveram nele um estimulador, um introdutor de rigor metodológico e de idéias novas.

Foi continuando esse trajeto de colaboração que discutimos as políticas sociais que constaram da proposta de programa de governo — "Mãos à Obra" — em 1994. E foi então que, formulada por ele, apresentou-se a primeira idéia de um Conselho da Comunidade Solidária. Em Brasília, sob sua liderança, abriu-se uma nova fase de colaboração entre nós, diante do desafio de dar forma concreta à proposta apresentada. Ambos estávamos aprendendo a conviver com o aparelho de governo, com as exigências federativas e com o desafio de planejar ações efetivas e coerentes com as idéias que tínhamos cultivado na academia e defendido no Programa.

A visão ampla que Vilmar Faria trouxe para o planejamento das políticas sociais abriu espaço para a experiência do Comunidade Solidária, uma tentativa de criar canais participativos por meio dos quais a sociedade pudesse dialogar com as agências governamentais. Vilmar foi o padrinho dessa idéia e conseguiu expressar uma demanda ainda fluida e sem força, mas atual e necessária. Essa foi apenas uma de suas contribuições para o programa de governo, mas mostra exemplarmente seu espírito aberto à compressão dos movimentos da sociedade e às mudanças necessárias na gestão governamental. E ele foi não somente padrinho da idéia: foi também fundamental para encontrar o desenho institucional adequado para que o Conselho iniciasse o diálogo entre a sociedade organizada e o governo, permitindo implementar parcerias entre esses setores.

Desde o início, a equipe que foi se formando em torno do Conselho do Comunidade Solidária encontrou em Vilmar o companheiro maduro que ajudava a configuração desse novo espaço de ação social e as articulações necessárias para viabilizá-lo. Contamos sempre com ele como mediador ideal nos contatos com a área social do governo. Compartilhando conosco a preocupação com o direcionamento de programas para os mais pobres e com a articulação de atividades para otimizar o uso dos recursos públicos, empenhou-se sempre em remover obstáculos burocráticos e convencer os descrentes da validade de novos caminhos. Quando o Comunidade Solidá-

ria começou a implementar de fato programas inovadores, Vilmar e também Regina, sua esposa, foram interlocutores privilegiados. Trabalhamos lado a lado.

Apoiado em sólida formação humanista, Vilmar preservava uma preocupação extrema com a informação objetiva e adequada, o que fez dele um sociólogo exemplar e sempre capaz de um olhar diferente e desmistificador. O conhecimento acumulado sobre políticas públicas em vários países serviu de base para propostas realistas de políticas que visavam promover a diminuição da desigualdade. As virtudes que desenvolveu na vida acadêmica e que cultivou em Brasília fizeram dele um assessor muito especial. Com o sangue mineiro, trouxe para o Planalto uma paciência e uma compreensão do jogo político — rara em acadêmicos — que alargava sua visão, permitindo-lhe refletir com objetividade sobre a implantação de novos projetos. Vilmar não era apenas um assessor técnico, e nem tinha qualquer pretensão política. Entretanto, sabia conjugar esses dois lados nas suas reflexões para tornar viáveis as políticas sociais.

Se pessoalmente Vilmar era cuidadoso, como analista sempre teve muita coragem, sempre procurou novas perspectivas que fundamentassem novas práticas e táticas de intervenção. Sua atitude discreta e moderada dissimulava sua criatividade e seu amor pelo diálogo como instrumento, não de impor idéias, mas de lutar por elas. E assim, sempre lutando lucidamente, ele deixou a sua marca.

Ruth Cardoso é antropóloga e presidente do Conselho do Comunidade Solidária.

## O conhecimento e o compromisso

*Maria Hermínia Tavares de Almeida*

Até onde sei, Vilmar Faria foi o primeiro cientista social brasileiro a se dar conta da importância de colocar o estudo sistemático das políticas sociais na agenda da pesquisa acadêmica do país. Corria o ano de 1980, éramos professores de ciência política na Unicamp e a democratização parecia o desfecho provável, embora ainda incerto, do arrastado processo de liberalização do regime autoritário. Com a democracia, dizia Vilmar, a proteção social se tornaria um ponto central da agenda dos governos, e seria importante dispor de análises empiricamente bem fundamentadas sobre o complexo legado do período militar.

Tal desafio só poderia ser enfrentado a partir de uma abordagem multidisciplinar, mediante o esforço conjunto do economista, do demógrafo, do sociólogo, do antropólogo, do cientista político, do educador. Ou seja, o êxito de um programa de pesquisa com esse recorte dependeria, em boa medida, da mobilização de um grupo de pesquisadores com formação diversificada. Mas dependeria, também, da possibilidade de radicá-lo em um nicho a salvo da pequena política e das infundáveis disputas entre departamentos, que entorpecem o dia-a-dia da vida universitária.

Foi essa a origem do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp) da Unicamp, do qual fui a primeira diretora e que mais tarde, sob a liderança

intelectual de Sônia Draibe, se tornou o principal centro brasileiro de estudos de política social. Sua criação resultou do empenho de um numeroso grupo de professores e pós-graduandos, além da instituição dos núcleos de pesquisa na universidade pelo então reitor Paulo Renato de Souza. De qualquer forma, creio ser fiel aos fatos ao afirmar que o projeto intelectual que orientou os primeiros passos do Nepp foi sobretudo obra de Vilmar. Esse projeto se assentava em um diagnóstico preciso das transformações da sociedade brasileira durante o ciclo autoritário — diagnóstico amadurecido ao longo de anos de muita pesquisa empírica e muita discussão nos "mesões" do Cebrap.

O Brasil era mais do que um país atrasado e dual onde conviviam riqueza e pobreza, onde o desenvolvimento reforçara a desigualdade. Constituíra uma peculiar sociedade de consumo e de massas, que incluía a todos, ainda que de forma desigual. "Penso", escreveria Vilmar em artigo que sintetiza suas pesquisas no Cebrap, "que uma compreensão sociológica mais adequada do Brasil contemporâneo exige uma análise articulada da incidência da pobreza e da expansão da sociedade de consumo. E isso exige, por um lado, considerar a natureza cada vez mais complexa e diferenciada da sociedade brasileira, evitando generalizações simplificadoras, e, por outro, enfrentar um desafio novo: o que é uma sociedade onde, para parafrasear os teóricos de Frankfurt, existe muito circo e pouco pão?"\*

Da mesma forma, era complexa a herança do autoritarismo em matéria de política social. Para abarcá-la, convinha ir além da denúncia de seus efeitos limitados e regressivos, que dava o tom da produção acadêmica e da retórica política das oposições ao regime militar. Tratava-se de reconhecer o quanto, e como, se expandira a ação do Estado no terreno da proteção social. Mais ainda, tratava-se de capturar a lógica dessa ação, o que exigia abandonar a abordagem excessivamente determinista e economicista dominante nas ciências sociais, que via as políticas de promoção social como meros requisitos funcionais da reprodução do capitalismo.

Era preciso, insistia Vilmar, recuperar a dimensão política das políticas sociais para entender como se haviam constituído e quais os seus usos e efeitos políticos, especialmente para a conformação da cidadania. No Brasil, a inexistência de um Estado de Bem-Estar, argüia ele, não significava que a intervenção pública na área social deixara de aumentar e diversificar-se de forma notável. Entendê-la sem simplificações era uma tarefa de fôlego, com implicações também para a política prática.

A busca de uma abordagem analítica propriamente política se estendeu por muitos seminários, cursos de pós-graduação e discussões acaloradas, ao longo dos quais a idéia do Nepp e de seu programa inicial de pesquisa foi tomando corpo. Essa atividade era acompanhada por uma trabalhosa costura política para permitir que o projeto tivesse um desenho institucional próprio e não fosse a pique em uma das freqüentes refregas inter e intradepartamentais. Vilmar Faria atuou nas duas frentes, com armas diversas que manejava igualmente bem: ora a argúcia e a disciplina de pesquisador, ora a capacidade de ouvir, argumentar, transigir, somar.

(\*) Faria, Vilmar. "Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos". In: Sorj, Bernardo e Tavares de Almeida, Maria Herminia (eds.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 118-163.



Quando o Nepp finalmente abriu as portas, em 1983, Vilmar dava um novo passo na área de políticas públicas, assumindo a presidência da Fundação para o Desenvolvimento da Administração Pública do Estado de São Paulo (Fundap). Nos vinte anos que se seguiram à experiência na Unicamp, a visão de Vilmar sobre nosso mal-estar social e nosso sistema de proteção social tornou-se mais precisa e refinada. Ela se condensou em numerosos artigos que alimentaram o debate na academia e, finalmente, alicerçaram a sua participação no governo Fernando Henrique. Sob o risco de simplificá-la, essa visão\* pode ser resumida como segue.

(\*) Ver em especial Faria, Vilmar. *Reformas institucionais e coordenação governamental: o caso da política de proteção social*, 2001 (a ser publicado pela Cepal).

Uma das mais dinâmicas e complexas economias da periferia do capitalismo, o Brasil caracteriza-se por uma trama de exclusões, atrasos, desigualdades, discriminações e vulnerabilidades que foram se superpondo e entrelaçando ao longo da história. E também por um sistema de proteção social — de corte estatal-corporativo — de alguma envergadura, com alta fragmentação, reduzido impacto redistributivo e custos elevados. Em consequência, não há soluções fáceis para a pobreza e a desigualdade, ao contrário do que pensam os que se inclinam ao esquematismo e acreditam em fórmulas mágicas. Enfrentá-las supõe a elaboração de políticas cuidadosamente desenhadas e a implantação de reformas institucionais. De um lado, seria preciso pôr em pé uma combinação de políticas em vários âmbitos: criação de empregos, educação fundamental, saúde básica, previdência social, ações focalizadas em áreas e grupos especialmente vulneráveis. De outro lado, para que esse conjunto de ações tivesse efeitos positivos, haveria que reformar regras, procedimentos e aparatos de política social.

Finalmente, remando contra a maré dominante nas agências internacionais e em alguns centros brasileiros de pesquisa, Vilmar rejeitava a idéia de que a focalização em políticas e programas deveria ser o princípio exclusivo da reforma social: os problemas não se resolveriam com programas de renda mínima, nem muito menos canalizando-se todo o investimento social para os mais pobres. Programas universais nas áreas de educação, saúde e previdência são sempre necessários como fundamento da cidadania e da sociabilidade democrática. Nas boas democracias, as pessoas de diferentes posições sociais devem poder conviver em alguns pontos — na escola pública, no posto de saúde, no hospital — e ter garantida na velhice ou na doença uma renda básica. Políticas apenas para os muito pobres criam cidadãos de segunda classe.

Vilmar gostava de pensar os problemas em termos de desafios intelectuais e políticos a serem enfrentados não por ele individualmente, mas por sua geração. Por "sua geração" acho que entendia um "nós" específico: o grupo de intelectuais progressistas que passou mais da metade de sua vida adulta sob o autoritarismo. Para esse grupo, a atividade acadêmica nunca se pôde dissociar nem da construção e defesa de instituições de pesquisa e ensino, nem da indagação sobre a relevância política do trabalho de cada um.

A trajetória de Vilmar Faria no campo das políticas sociais foi especialmente coerente com essa visão das tarefas de "sua geração": contribuiu para definir uma nova área de estudos, ajudou a criar instituições, formou

pessoas, pesquisou e produziu conhecimentos e participou diretamente do esforço coletivo para dar mais consistência à intervenção social dos governos. Foi um cientista rigoroso quando se tratava de conhecer e um intelectual apaixonado e politicamente comprometido quando era hora de agir. Um difícil equilíbrio, que Vilmar provou ser possível.

## O mais latino-americano dos brasileiros

*Guillermo O'Donnell*

A perda de Vilmar é doída para todos nós, dentro e fora do Brasil.

Na década de 1980 tive o prazer de trabalhar durante vários anos no Cebap, onde reencontrei Vilmar. Ali mantivemos inúmeras conversas e dirigimos uma equipe de pesquisa que me trouxe grandes satisfações pessoais e intelectuais. Ali, posso dizê-lo com orgulho, Vilmar e eu nos tornamos amigos — no melhor e mais intenso sentido da palavra.

Disse que *reencontrei* Vilmar. Eu o conhecera há uns vinte anos, primeiro em um seminário na Unicamp e depois em numerosas reuniões acadêmicas e do Clacso. Nessas reuniões, muito antes da minha chegada ao Cebap, eu tinha apreendido, como tantos outros latino-americanos, a respeitar e estimar Vilmar. De modo invariável — e no seu bom castelhano, amplamente superior ao "portunhol" —, Vilmar era um participante que muito nos enriquecia nessas reuniões. Quando levava comunicação escrita, podíamos ter certeza de se tratar de texto sumamente interessante, elaborado em excelente nível profissional, com idéias importantes, sustentadas por sólidas reflexões e pesquisas. Além disso, levasse ou não um texto preparado, Vilmar considerava realmente com seriedade aquilo dito e escrito por outrem; discutia de forma arguta e séria e às vezes criticava agudamente, quando assim era exigido por sua honestidade intelectual — sempre presente. Contudo, essa crítica passava pelo crivo do seu estilo amável e circunspecto, que nunca abandonou. Depois, nas costumeiras conversas acerca do "mundo e seus arredores" que se seguem a esses eventos, Vilmar contribuía com sua ampla e informada visão do mundo, com sua postura sempre respeitosa do outro — mesmo nas discussões tormentosas — e com seu comprometimento pessoal na busca de boas idéias que pudessem impulsionar uma sociedade brasileira e latino-americana menos injusta.

Seja como for, talvez porque marcado como poucos pelos anos que passou no Chile, Vilmar foi um dos brasileiros mais latino-americanos que conheci. Viajou muito por essas terras, participou em muitas reuniões e discussões e influenciou decisivamente sobre muitos de nós com suas contribuições intelectuais e com o exemplo de seu admirável estilo pessoal. Nós, latino-americanos de várias terras hispanófonas, também sentimos como nossa, bem nossa, a perda de Vilmar — consta-me diretamente pelos inúmeros comentários pesarosos que testemunhei desde seu falecimento —, e iremos guardá-lo carinhosamente, tanto em nossas lembranças quanto nos anais das ciências sociais latino-americanas.

Guillermo O'Donnell é professor de Política Comparada da Universidade de Notre Dame (Estados Unidos).

## Vilmar Faria demógrafo

Elza Berquó

(\*) In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Anpocs, nº 5, 1989, pp. 62-103.

A demografia brasileira é devedora da importante contribuição de Vilmar Faria. Dentre outros, seu trabalho "Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos", publicado em 1989\*, constitui um marco nas tentativas de buscar bases teóricas para interpretar o declínio sistemático e acentuado da fecundidade no país, iniciado em meados da década de 1960. Mediante longa e criteriosa revisão dos trabalhos aqui produzidos e tendo como contraponto a produção internacional, Vilmar abriu, de forma engenhosa e original, novos caminhos na busca de explicações para a segunda fase da transição demográfica brasileira.

Como é sabido, as mudanças demográficas que mais marcaram o Brasil do século XX ocorreram nos últimos cinquenta anos, e a mais importante foi justamente a queda da fecundidade, que teve impacto direto na desaceleração do crescimento da população, no "envelhecimento" de sua estrutura etária e na redução do tamanho das famílias. A manutenção, entre 1930 e 1960, de uma elevada taxa de fecundidade, em torno de seis filhos por mulher, correspondia a uma forma de regulação da fecundidade sujeita ao uso — e às falhas — de métodos tradicionais, como o coito interrompido e o Ogino-Knauss. A entrada oficial da pílula anticoncepcional no país, em 1965, iria mudar esse quadro: já em 1970 a fecundidade cai ligeiramente para 5,8 filhos por mulher e passa a 4,3 em 1980, descenso que se acentua para atingir 2,5 em 1991.

Os estudos revisitados por Vilmar mostravam que o determinante próximo mais importante desse rápido declínio era a difusão da regulação consciente da fecundidade, com o aumento do uso de métodos contraceptivos eficazes, como a pílula e a esterilização feminina, e o recurso ao aborto induzido. Segundo esses autores, não teriam ocorrido no período alterações significativas nos demais determinantes próximos, ou seja, na idade média ao casar e nos índices de nupcialidade. Como causas estruturais desse aumento de demanda por regulação consciente da fecundidade, apontavam-se a crescente proletarização e o empobrecimento relativo das camadas sociais mais modestas, mas Vilmar constatou a importância de um fator coadjuvante nesse processo: a omissão estratégica do governo ao permitir que agências privadas internacionais de planejamento familiar agissem como difusoras dos meios modernos de contracepção. Como salientou Vilmar, embora poucos trabalhos escritos tivessem explorado essa alternativa explicativa, ela dominou as discussões sobre o tema no começo dos anos 1980.

O caminho inovador trilhado por Vilmar consistiu em considerar *de modo conjunto* o efeito de quatro políticas de governo, desenvolvidas a partir de 1964, sobre a demanda por filhos e conseqüentemente sobre a demanda por regulação da fecundidade: as políticas de crédito direto ao consumidor, de benefícios previdenciários, de telecomunicações e de atenção à saúde.

Para Vilmar, os objetivos da formulação de tais políticas no contexto do regime militar eram: "a) promover a constituição de uma sociedade de

consumo com mercados nacionais tão amplos quanto as necessidades de acumulação permitissem; b) dotar o país de uma infra-estrutura moderna de comunicações, capaz de facilitar sua integração e o controle do território em face de ameaças internas e externas; c) abrir oportunidades de mercado e de investimento para o capital local e multinacional; e) aliviar as pressões e os descontentamentos decorrentes da exclusão social, represados pelo autoritarismo político; f) proporcionar recursos políticos que pudessem contemplar os segmentos da classe política comprometidos com o regime e servir a seus interesses eleitorais". Segundo ele, essas políticas alcançaram resultados apreciáveis, a despeito das "dificuldades inerentes ao padrão de intervenção adotado, em conjunto e em cada uma delas". Ao não ter encontrado na formulação dessas políticas nenhuma evidência de intenção "controlista", explícita ou implícita, Vilmar concluiu que seus efeitos tiveram consequências não antecipadas.

Quanto à política de crédito direto ao consumidor, salientou: "A integração real ou simbólica, enquanto consumidor, no mercado de bens e serviços, reitera cotidianamente a necessidade do exercício do cálculo econômico racional como instrumento de sobrevivência social e institucionaliza essa norma como padrão de regulação da sociabilidade, para além dos efeitos semelhantes e igualmente poderosos da conversão da força de trabalho em mercadoria. A sobrevivência das famílias, uma vez inseridas tanto no mercado da força de trabalho como no mercado de consumo, passa, em escala crescente, pelo exercício desse cálculo. É por essa via que se repete e difunde-se o cálculo dos custos e dos benefícios, no mercado, que ter filhos e criá-los envolve. Por outro lado, essa integração altera não só os custos monetários de produção dos filhos, que passam a depender, progressivamente, de bens e serviços adquiridos nesse mesmo mercado, como também os custos de oportunidades incorridos ao serem efetuados gastos com esse tipo de bens em detrimento de outros, também disponíveis no mercado".

A ausência de políticas de benefícios previdenciários já havia sido evocada por diversos autores para justificar a permanência de altas taxas de fecundidade em contextos menos desenvolvidos. Vários estudos produzidos na década de 1980, sobretudo no exterior, destacavam o importante papel dos filhos no amparo à velhice. Em regimes de alta mortalidade infantil, as famílias acabavam por ter muitos filhos na expectativa de um saldo de sobreviventes como mecanismo de proteção. Vilmar incorporou esses argumentos no tocante ao Brasil, baseado no fato de que antes de 1964 apenas 10% da população economicamente ativa era contribuinte ativa dos sistemas públicos de previdência social, taxa que alcançou 60% de contribuintes do INPS em meados dos anos 1980. O efeito conjunto da ampliação da previdência e da queda da mortalidade infantil foi considerado um dos determinantes estruturais da redução do número de filhos por família.

As telecomunicações registraram uma extraordinária expansão a partir de 1964, alcançando na década de 1980, nas áreas urbanas, 90% dos domicílios metropolitanos e 70% dos não-metropolitanos em localidades com mais de 20 mil habitantes. Com a utilização dos satélites de comunica-

ção, praticamente 95% dos municípios brasileiros e a totalidade daqueles com mais de 10 mil habitantes passaram a receber emissões de pelo menos uma rede de televisão. Essa mudança ocorre porém em um contexto marcado por certa lentidão no sistema da educação básica de massa, bem como pela predominância de um pensamento conservador na área educacional.

Para Vilmar, a expansão das telecomunicações teve importância estratégica para a institucionalização da demanda por regulação da fecundidade, dado seu papel na difusão de conteúdos culturais em face das condições materiais e sociais da sociedade mercantilizada, secularizada e desenvolvida, em especial no Centro-Sul do país. Ele destaca quatro dimensões por intermédio das quais essa influência se faz sentir: "[a] exposição ao meio em si; [a] exposição recorrente e sistemática ao conteúdo mais geral do conjunto de suas mensagens; [a] exposição a certos conteúdos específicos que, mesmo indiretamente, incidem sobre valores, normas e modelos comportamentais em esferas especialmente relevantes para o comportamento reprodutivo e a organização da família, [com] efeitos derivados da exposição a modelos de organização familiar, a padrões de comportamento sexual, a modelos de intervenção ativa nos processos biológicos, entre outros, que a propaganda, as telenovelas, o noticiário e os programas de divulgação científica cotidiana e conjugadamente reiteram; finalmente, [a] exposição a conteúdos direta e explicitamente voltados para a questão da regulação da fecundidade, isto é, os efeitos derivados da presença crescente, na televisão e no rádio, de programação voltada para a orientação sexual e para a saúde da mulher".

No que se refere à política de atenção à saúde durante o período militar, Vilmar enfatiza a expansão da medicina curativo-hospitalar especializada e tecnificada, da medicina privada e da cobertura dos serviços, bem como o aumento do pessoal médico e paramédico. A partir de meados dos anos 1960 "essa política acelerou e potencializou a crescente *medicalização* da sociedade brasileira", ou seja, "aumentou a exposição da população à subcultura médica e a inclusão [...] de novas esferas do comportamento social no âmbito [...] da *autoridade médica*, cuja força repousa na combinação da posse de um saber técnico-científico com o suposto controle de situações de grande significação pessoal, familiar e social como são o nascimento, a doença e a morte".

Para Vilmar, essa progressiva medicalização foi crucial para a institucionalização da demanda por regulação e, mais especificamente, para o declínio da fecundidade. Ele argumenta que, "à medida que o comportamento sexual, o comportamento reprodutivo e o parto são medicalizados, ocorre um deslocamento de legitimidade: as autoridades religiosa, paterna e marital são substituídas pela autoridade médica e esta passa a ter mais poder para regular prescritivamente esses campos". Essa exposição à subcultura médica teria por fim reforçado a separação de sexo e reprodução na sociedade brasileira contemporânea.

Tal "medicalização se deu em um contexto em que a mulher (e depois as crianças), como sempre, constitui o objeto preferencial do cuidado

médico, e em que a expansão dos serviços de saúde ocorre sob a *retórica* da saúde materno-infantil", de modo que "as influências fizeram-se sentir, sobretudo, sobre o comportamento da mulher". Daí o decisivo papel do setor de saúde na regulação da fecundidade, pois era por meio das instituições médicas que a população tinha acesso aos meios de controle.

Com referência a essa política, porém, Vilmar é menos enfático quanto a seu efeito não antecipado sobre a regulação da fecundidade: "O mais provável é que a política de atenção à saúde tenha sido a *arena*, por excelência, onde os interesses favoráveis e os interesses contrários a uma política de planejamento familiar ou de controle da natalidade confrontaram-se, sem que disso resultasse uma política consistente, estável e visível de controle".

Os argumentos que deram força ao trabalho de Vilmar Faria permaneceram válidos passados muitos anos de sua divulgação. Ele teve a satisfação de ver a irradiação de suas idéias em vários estudos realizados no país e no exterior. Em particular, a noção da importância dos meios de comunicação de massa, "cada vez mais sob o controle hegemônico da televisão, como poderoso vetor institucional portador de conteúdos de consciência", inspirou importante e ambicioso projeto de pesquisa, "O impacto social da televisão sobre o comportamento reprodutivo no Brasil", envolvendo estudiosos do Núcleo de Estudos de População da Unicamp, da Escola de Comunicações da USP, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, do Cebrap e da Universidade do Texas.

Elza Berquó é coordenadora da Área de População e Sociedade do Cebrap e do Programa de Saúde Reprodutiva e Sexualidade do Nepo/Unicamp.